

Manuais e programas escolares franceses de história e de geografia: identidades, globalização e construção europeia (1995-2002)

Claude Carpentier*

Tradução: Dislane Zerbinatti Moraes**

Resumo:

Este artigo analisa as influências do duplo processo de globalização e da construção da identidade europeia nos programas oficiais e nos conteúdos de ensino apresentados nos manuais de história e geografia do ciclo terminal do ensino secundário na França entre 1995 e 2002. Os aspectos destrutivos e ameaçadores da globalização são regularmente percebidos e descritos nas obras escolares como um risco de perda de identidade, advinda da uniformização cultural e alienação social. Os manuais destacam ainda o efeito diferenciador, que, ao mesmo tempo, provoca o crescimento das desigualdades e estimula as resistências identitárias.

Quanto à possibilidade de construção de uma identidade europeia, acima das diversidades culturais locais e regionais, no conjunto, os manuais e programas são portadores das mesmas mensagens que assinalam o caráter voluntarioso e político dessas iniciativas. O europeísmo da Europa permanece problemático e a referência à identidade europeia, definida através de uma cultura comum, está praticamente ausente dos manuais, sendo mencionada como uma espécie de perspectiva humanista, em espaços específicos, à margem dos textos principais que desenvolvem os conteúdos.

Palavras-chave:

história das disciplinas escolares; manuais escolares de história e geografia; globalização; identidade europeia; sistema de ensino francês.

* Doutor na área de ciências da educação. Professor emérito da Universidade de Picardie Jules Verne, França.

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em letras, literatura brasileira, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da USP.

French textbooks and scholar programs of history and geography: identities, globalization and European construction (1995-2002)

Claude Carpentier

Translated by Dislane Zerbinatti Moraes

Abstract:

This paper analyses influences about the double process of globalization and construction of European identity at scholar official programs and at teaching contents showed in textbooks of history and geography at secondary terminal cycle in France between 1995 and 2002. The destructive and threatening aspects of globalization are regularly perceived and described at scholar works as a risk of lost of identity, came from cultural uniformity and social alienation. The manual highlights yet the differentiating effect that, at the same time, cause growth of inequalities and stimulates the resistance identity. About the possibility of constructing an European identity, above local and regional level of cultural diversity, as a whole, the manual and programs are carrying the same message which signs the self-will and political character of these initiatives. The Europeanism of Europe remains problematic and the reference to European identity, which is defined through a common culture, is practically absent of manuals and the European identity is mentioned as a kind of humanistic perspective, at specific spaces, out of principal texts that developing the contents.

Keywords:

history of school subjects; textbooks of history and geography; globalization; European identity; education system.

No duplo contexto da construção europeia¹ e da globalização², inquietações manifestam-se em relação ao perigo que esses fenômenos representam para a sobrevivência das identidades, tanto pessoais como coletivas e notadamente culturais³, que estariam ameaçadas pela uniformização. À diversidade e atemporalidade das identidades, concebidas a partir da imagem das mônadas leibnizianas, isoladas e sem história, opor-se-ia uma nova matriz identitária única e despersonalizada.

Essa representação, justificada ou não, repousa sobre o modelo de uma identidade substancializada e sem história submetida a assaltos de um processo contrário, inscrito por temporalidades e mudanças, em que as diversas modalidades não são, na maior parte das vezes, nem verdadeiramente controladas nem desejadas e cujos efeitos, a longo prazo, são desconhecidos ou problemáticos. Portanto, uma dupla ameaça parece pesar sobre as representações identitárias nacionais, étnicas e culturais: a do risco de mutação por meio da emergência de um tipo ideal europeu de contornos imprecisos e de uma perda, uma dissolução, provocada pelo processo de globalização, o qual parece nos tornar impotentes, a menos que se desenvolvam resistências e recomposições identitárias para enfrentar ao perigo.

O fenômeno conhecido pelo nome de mundialização/globalização representa o último avatar histórico do desenvolvimento do capitalismo,

-
1. No original “construction européenne”, frase que identifica o projeto de uma Europa econômica e politicamente unificada (*Le Petit Larousse*, 1995) (N.T.).
 2. Embora não sendo sinônimos, os termos mundialização e globalização são utilizados aqui indiferentemente. Como recorda um dos manuais utilizados, a mundialização designa o fato de numerosos fenômenos (econômicos, culturais, sociais) tocarem o planeta inteiro enquanto a globalização evoca a aplicação de estratégias econômicas em escala mundial.
 3. Os conceitos de natureza e de identidade, frequentemente associados, não se confundem; no entanto, como de fato observa Denys Cuche: “Hoje, as grandes interrogações sobre a identidade retornam frequentemente à pergunta da cultura [...] Contudo, se as noções de cultura e de identidade cultural têm em grande parte um destino ligado, elas não podem ser confundidas mera e simplesmente [...] A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de pertença, necessariamente consciente, porque fundada sobre oposições simbólicas” (Cuche, 1996, p. 83).

aberto com a ruptura sociopolítica brutal ocorrida na Europa Central e Oriental no fim dos anos de 1980. Este processo de globalização vem perturbar de maneira radical outro processo nascido do desastre da Segunda Guerra Mundial: o da construção de uma ideia de Europa unificada, por alargamentos sucessivos da comunidade dos Estados-nação localizados no continente europeu, primeiro a oeste sob o comunismo, em seguida na escala de todo o espaço geográfico, após o desmoronamento deste último. A identidade de cada um desses Estados – forjada por uma história frequentemente conflituosa (o que levaria alguns a falar de guerras civis europeias) – define o campo das prerrogativas e da soberania política. A perspectiva da construção europeia, em contrapartida, encerra o problema da sua identidade, pura virtualidade e objeto de controvérsias obstinadas, no centro das quais se encontram as dimensões cultural e religiosa ocupando um lugar decisivo de escolhas, como atesta-o a querela ao redor da adesão da Turquia. Assim, com a emergência da mundialização, a questão da identidade europeia desloca-se: trata-se menos de definir “o europeísmo”⁴ da Europa de um ponto de vista cultural em sentido amplo que de observar nela um dos polos econômicos concorrentes do neoliberalismo no contexto da globalização. Isto é, com a globalização, a questão da identidade europeia muda de configuração.

Propomo-nos a estudar aqui as influências do impacto desse duplo movimento da história nos programas oficiais e nos conteúdos de ensino apresentados nos manuais de história e geografia do ciclo terminal do ensino secundário na França entre 1995 e 2002⁵. Após destacar o enraiza-

-
4. No original “européanité”. Na tradução, adotamos a palavra “europeísmo” com o significado de busca, dentro da linha antropológica do culturalismo, de traços comuns distintivos do que é europeu, nos aspectos da cultura, história e memória (Boudon & Bourricaud, 1993). Ainda, conforme o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, o europeísmo diz respeito à “característica ou qualidade de europeu” (2001, p. 1276) (N.T.).
 5. Corresponde no sistema de ensino brasileiro ao 2º. e 3º. anos do ensino médio e no sistema francês às classes “première” e “terminale” do 2º. ciclo do Liceu, o qual se divide em três modalidades de aprofundamento: ES (estudos econômicos e sociais); L (estudos literários) e S (científicos). Tomamos por base o quadro comparativo dos sistemas de ensino Brasil/França em anexo ao livro organizado por Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani, *Pierre Bourdieu. Escritos de Educação* (1998, p. 249) e o site www.education.gouv.fr (N.T.).

mento das identidades nacionais, deteremo-nos a analisar a dupla ameaça evocada acima: do risco de perda ou de mutação identitária ligadas à globalização ou à construção europeia.

1- A objetivação das identidades: a recusa da história

É comum distinguir as concepções objetivistas e subjetivistas da identidade cultural. No primeiro caso, a identidade aparece como um dado que escapa à história, uma essência atemporal, na qual o indivíduo extrai as suas raízes. Denys Cuche resume assim a situação do ponto de vista do paradigma objetivista: “a identidade repousa, por conseguinte, sobre um sentimento de pertencimento em certa medida inato. A identidade é pensada como uma condição imanente do indivíduo, definindo-o de maneira estável e definitiva” (Cuche, 1996, p. 85).

Do ponto de vista subjetivista, cujo mais eminente representante é Max Weber, uma etnia, uma cultura, uma identidade (cultural ou não) existe apenas na crença na existência dessa etnia:

[...] chamaremos de grupos “étnicos” aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças da colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva. A “comunhão étnica” distingue-se da “comunidade de clã” pelo fato de aquela ser apenas produto de um “sentimento de comunidade” e não uma “comunidade” verdadeira, como o clã, a cuja essência pertence uma efetiva ação comunitária. A comunidade étnica (no sentido que damos) não constitui, em si mesma, uma comunidade mas apenas um elemento que facilita relações comunitárias. Fomenta relações comunitárias de natureza mais diversa, mas sobretudo, conforme ensina a experiência, as políticas. Por outro lado, é a comunidade política que costuma despertar, em primeiro lugar, por toda a parte, mesmo quando apresenta estruturas muito artificiais, a crença

na comunhão étnica, sobrevivendo esta geralmente à decadência daquela, a não ser que diferenças drásticas de costumes e de *habitus* ou, particularmente, de idioma o impeçam [Weber, 1991, p. 270].

O sentimento de pertencimento a uma vida comum étnica contribui, entre os membros que compartilham esta ilusão objetivamente, para a substancialização desta e subtração da mudança. Portanto toda dinâmica histórica é percebida como uma ameaça que compromete a estabilidade deste sentimento de pertença comunitário. Embora sejam o fruto da história, os Estados-nação desenvolveram um sentimento de unidade nacional forjado pelo distanciamento do outro. Como sublinha Barth, a identidade étnica é construída em oposição à de outros grupos étnicos, pois colocam em cena sinais e símbolos que permitem traçar as fronteiras entre os membros do grupo e os outros. Uma das ilustrações que apreendem melhor desta abordagem teórica é constituída pelo fato de o ensino da história ter geralmente por base a crença à vida comum étnica dos cidadãos ou dos membros de comunidades singulares. Convém, por conseguinte, medir em que as transformações essenciais recentes do mundo contemporâneo afetam as identidades constituídas. O impacto destas transformações reveste-se de dois aspectos principais: a dissolução da identidade representada (identidade para si) e da perda, no que diz respeito à mundialização, de uma mutação identitária em relação à construção europeia.

2- Identidades perdidas, alienação e resistências num mundo globalizado

2-1 A emergência do conceito de mundialização nos programas de 1995 e 2002

De 1995 a 2002, o programa de geografia da *classe terminale* sofre menos uma ruptura que uma inflexão que convém sublinhar. Além de uma semelhança formal manifestada pelo título geral “O espaço mundial”, diferenças merecem exame. Assim, o programa de 1995 abarca

“a organização geográfica do mundo”, estuda três potências econômicas mundiais e inclina-se sobre “alguns problemas geográficos mundiais em escala continental”, mas não menciona o termo mundialização, ao contrário do programa de 2002 que o evoca explicitamente através da noção de “espaço mundializado” que faz o seu aparecimento e designa assim um processo em vez de descrever a simples espacialidade. A expressão “espaço mundializado” substitui “a organização geográfica do mundo” e vê-se atribuir um volume de dez horas de ensino sobre um total anual de cinquenta, ou seja, 20% do conjunto. O programa de 2002 insere explicitamente em perspectiva a “Mundialização e interdependências” por um lado, e “Outras lógicas de organização do espaço mundial”, por outro lado. Esta evolução entre 1995 e 2000 testemunha uma conceptualização muito mais nítida do fenômeno de mundialização, o qual, ao mesmo tempo, se difunde largamente na linguagem dos meios de comunicação social.

A aplicação do programa opera-se por meio dos manuais. Eles dispõem apenas de uma estreita margem de liberdade que não é, contudo, inexistente. É assim que alguns, inspirados no programa de 1995, antecipam mais que outros a noção de mundialização, ausente como tal no de 2002.

Quanto aos programas de história, poucos são levados, tanto em 1995 como em 2002, a pronunciar-se sobre a “mundialização”, sendo que uma parte importante do programa refere-se ao mundo de 1945 aos nossos dias.

Em 1995, essa questão é abordada em dois capítulos:

1 - as transformações econômicas e sociais do mundo a partir de 1945:

Capítulo em que será traçado o quadro econômico e social da segunda metade do século XX, evocando sucessivamente o crescimento e a crise e insistindo nas mutações sociais, a evolução da sociedade material e os modos de vida. Mostrar-se-á como, desde 1945, evoluem as desigualdades entre as diferentes regiões do mundo.

2 - os grandes modelos ideológicos do mundo [programa de história, *classe terminale*, 1995].

Como para a geografia, os manuais inspirados nesses programas dispõem de certa liberdade. É assim que o manual da coleção *Nathan* utiliza várias vezes a noção de mundialização:

Para muitos, com efeito, a mundialização da economia, ou seja, o desenvolvimento massivo das trocas entre as diferentes partes do planeta, torna cada vez mais ilusória a luta efetuada por cada Estado no âmbito nacional...

Esta mundialização exigiria a uniformização das legislações econômicas e sociais [Coleção *Nathan*, história, *classe terminale*, programa de 1995, p. 245].

Em 2002, os programas de história são menos explícitos sobre o assunto; o termo mundialização figura aí, contudo, uma vez, mas só uma vez, para designar o seu impacto na cultura: “Este tema convida a uma apresentação sintética das grandes transformações da segunda metade do século XX [...] Ele inclui o funcionamento do mercado mundial dos bens culturais e a questão da mundialização da cultura” (programa de história, *classe terminale*, 2002).

Globalmente, parece, por conseguinte, que entre 1995 e 2002, os programas apresentam, em função da conceptualização levada a efeito, uma evolução que acompanha a emergência da consciência coletiva de um novo espaço, o da mundialização, do qual convém determinar o impacto no curso do mundo.

2-2 A mundialização e os seus efeitos sociais nos manuais: um fluxo cego gerador de desigualdade e de alienação

Um fluxo cego

Os manuais inspirados no programa de 2002 fazem com que o processo de mundialização apareça como uma força em movimento, irresistível e passível de escapar a qualquer controle por parte dos atores políticos:

No âmbito da mundialização, fluxos sempre mais numerosos circulam sobre o planeta. Estes fluxos podem ser materiais (matérias-primas energéticas

ou minerais, produtos industriais ou agrícolas), imateriais (serviços, capitais, informação) ou humanos (migrações). Tornam o mundo interdependente: a economia de cada país é cada vez mais dependente de a dos seus parceiros. O crescimento econômico e também as crises podem então difundir-se rapidamente [Coleção *Hachette*, geografia, *classe terminale*, programa de 2002, p. 80].

Uma análise que não teria negado Marx, que escreveu no Manifesto “o mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação, de todos os meios de comunicação. Esse desenvolvimento incidiu por sua vez na expansão da indústria” (Marx & Engels, 1998, p. 52-53).

O caráter incontrolável do movimento é traduzido pela ideia de fluxos: “A explosão dos fluxos mundiais” (Coleção *Magnard*, geografia, *classe terminale*, programa de 2002, p.24). Os títulos de certos parágrafos são evocativos:

As trocas continuam a sua expansão rápida.

O desenvolvimento das trocas internacionais é contínuo... Estes fluxos crescentes repousam sobre a eficiência de potentes redes logísticas multimodais...

Hoje os fluxos de capitais irrigam todo o planeta.

O mercado financeiro tornou-se realmente planetário graças à criação de um sistema de comunicação que liga os centros financeiros 24 horas por dia.

A lógica financeira e especulativa domina a mundialização [Coleção *Magnard*, geografia, *classe terminale*, programa de 2002, p. 24].

Os manuais identificam, contudo, os atores da mundialização: os Estados-nação cuja capacidade de ação continua a ser, no entanto, limitada porque deve fazer face à potência das multinacionais:

As firmas transnacionais ao assalto do mundo: as 63.000 firmas transnacionais são os principais agentes da mundialização... O seu poder repousa sobre a capacidade de dominar e gerir o espaço mundial em função de seu lucro [*Magnard*, geografia, *classe terminale*, programa de 2002, p. 26].

As organizações internacionais a serviço da mundialização. O FMI e o Banco Mundial favorecem a mundialização condicionando as suas intervenções financeiras à aplicação políticas liberais... A OMC trabalha para a liberalização das trocas graças a um arsenal de regras vinculativas e de sanções [*Magnard, geografia, classe terminale, programa de 2002, p. 25*].

Ainda que a mundialização apareça como cega e incontrolável ou como impulsionada por atores inacessíveis, os quais acabam por ser questionados, ela gera a angústia no leitor impotente e suscita a contestação:

A mundialização contestada – uma mundialização sem piloto?

As agências mundiais da ONU trabalham para a liberalização das trocas sem ter uma visão mundial global. O comércio internacional continua a ser enviado pelas barreiras tarifárias e não tarifárias elaboradas pelos países do Norte em vários setores [...] O FMI não domina o conjunto dos fluxos financeiros; a sua intervenção nos países que conhecem graves crises financeiras agrava frequentemente o desemprego e a pobreza das populações.

A regulação da mundialização é portanto insuficiente e incerta [...]

A maior parte dos Estados sofre a mundialização [...]. Com efeito, são os Estados Unidos que dominam o processo praticando um unilateralismo permanente que suscita numerosas oposições [*Coleção Magnard, geografia, classe terminale, programa de 2002, p. 25*].

Crescimento das desigualdades, efeito perverso?

Do ponto de vista ideológico, a mundialização é justificada pelos seus partidários como um fator de progresso:

A mundialização fez desaparecer os velhos modelos ideológicos e abalou as estruturas estatais tradicionais. Com o desenvolvimento da interdependência planetária e o papel crescente das organizações internacionais, a

comunidade internacional pôde crer que poderia influir eficazmente sobre os homens e os Estados para instaurar um mundo mais democrático e mais pacífico [Coleção *Hachette*, geografia, *classe terminale*, programa de 2002, p. 80].

[...] o crescimento dos fluxos mundiais de mercadorias, de serviços, de capitais e de pessoas resulta de uma vontade de liberalizar estas trocas, com o objetivo de paz e de prosperidade, mas também de lucros mais elevados [Coleção *Bréal*, geografia, *classe terminale*, programa de 2002, p. 44].

Pode-se falar de efeito perverso quando se constata que os observados são contrários aos objetivos declarados pelos ideólogos da mundialização? Por exemplo: “A mundialização é acompanhada de um crescimento das desigualdades entre os países mais ricos e os países mais pobres” (Coleção *Magnard*, geografia, *classe terminale*, programa de 2002, p. 26).

Esse crescimento das desigualdades, dos processos de diferenciação, acompanha paradoxalmente a homogeneização, que por sua vez é apresentada como a característica principal da mundialização:

Nunca os fluxos de homens, de bens, de serviços e de capitais foram tão intensos como atualmente. A mundialização aparece como um processo de organização das trocas e da produção que transcende as fronteiras. *Paradoxalmente, contribui ao mesmo tempo para a homogeneização e a diferenciação das diversas partes do espaço mundial.* Apoia-se sobre alguns grandes centros de impulso da economia mundial, sem impedir a dominação de uma só superpotência nem a organização dos indivíduos, das redes ou os Estados a outras escalas, para além dos seus próprios territórios [Coleção *Bréal*, geografia, *classe terminale*, programa de 2002, p. 44, grifos nossos].

Assim, os manuais sublinham o duplo caráter homogeneizador/diferenciador (centro/periferia, cidade/campo) da mundialização liberal, expressão não controlada da potência do capitalismo mundial, que contribui para criar as condições da sua própria contestação.

As resistências

Portanto, não é de surpreender ver a resistência organizar-se:

Um vasto movimento social de mundialismo alternativo desenvolveu-se em reação às consequências da mundialização liberal. Presente desde 1999, quando grandes sumidades internacionais organizam fóruns sociais e propõem-se outras vias: anulação da dívida dos países mais pobres, reformas agrárias. Composto de múltiplos grupos entre os quais numerosas ONG's, o movimento carece, contudo, de denominadores comuns que fariam um verdadeiro movimento social planetário [Coleção *Magnard*, geografia, *classe terminale*, programa de 2002, p. 42].

Hoje em dia, no contexto de um espaço econômico mundializado, a confrontação entre a lógica do mundialismo alternativo e a lógica neoliberal é uma forma nova da antiga luta contra imperialismo. A descrição do processo de mundialização e os seus efeitos nos manuais escolares põem em cena com outras palavras o que as análises de Marx efetivamente haviam destacado: o movimento de empobrecimento relativo ou absoluto sustentado pela troca desigual entre proletários e proprietários dos meios de produção na sociedade capitalista. A análise da mais-valia e do sobretrabalho em Marx permite pensar a alienação do trabalhador e por ela, numa outra linguagem, a alteração ou a perda da sua identidade. A submissão ao capitalismo (incluindo a forma de uma empresa internacional), ao qual deve bem se resignar involuntariamente o trabalhador de uma parte do valor produzido pelo seu trabalho, constitui a forma da sua alienação, da perda da sua identidade. O movimento histórico pelo qual o trabalhador independente se proletariza descreve, por conseguinte, o movimento de alienação identitária designado pela sua mudança de estatuto econômico no quadro de novas relações sociais.

Nesse sentido, a emergência do mundialismo alternativo, de propostas para o desenvolvimento sustentável ou o comércio equitativo, estudada por vários manuais, evocam as modalidades da resistência aos prejuízos da mundialização, bem como a formas novas de protestos

identitários por parte das populações dominadas e alienadas pelas novas formas da economia liberal capitalista. Representam ao mesmo tempo o produto dialético do processo de mundialização, ele mesmo. Podemos, por conseguinte, transpor à situação presente os propósitos de Marx: “[...] a burguesia não forjou somente as armas que lhe darão a morte: criou também os homens que manejarão essas armas, os operários modernos, os *proletários*” (Marx & Engels, 1998, p. 58)⁶.

2-3 Os espaços identitários nos manuais e programas de 2002 e a relação com a mundialização

2-3-1 Outras lógicas de objetivação da cultura e diversidade cultural

Propondo em certa medida contrapesos às análises relativas à mundialização uniformizada (mundialização e interdependências), o segundo ponto do programa de geografia da *classe terminale* de 2002 é intitulado “Outras lógicas de organização do espaço mundial”. Fala-se principalmente das áreas culturais que aparecem como espécies de invariantes ou como se construídas sobre “o tempo longo”, “identidades para outrem” e “para si”, polos de resistência, pela sua diversidade à mundialização.

6. Embora elas não se reportem de modo algum de maneira explícita, certas páginas de manuais não podem deixar de evocar no leitor a famosa análise desenvolvida por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista. A burguesia, jamais identificada como tal nos manuais, “só pode existir sob a condição de revolucionar constantemente os instrumentos de trabalho, o que quer dizer o modo e as relações de produção, ou seja, em última análise, o conjunto das relações sociais [...]. Tudo o que era tido como sólido e estável se desmancha no ar, tudo quanto era sagrado é profanado [...]. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia dá um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais estão destruídas ou a ponto de o serem. [...] Em lugar do antigo isolamento das nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um tráfico universal, uma interdependência das nações. O mesmo acontece com a produção intelectual. A produção intelectual de uma nação torna-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada dia mais impossíveis, e das numerosas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura universal” (Marx & Engels, 1998, p. 54-55).

Diversidade e estabilidade no tempo, exceto no manual *Magnard* em que aparece a ideia de “*uma civilização [que] é o produto de uma história*” (geografia, *classe terminale*, programa de 2002, p. 46), são as duas principais características da identidade das áreas culturais e contrastam com a uniformidade e a turbulência que abarcam a mundialização:

A diversidade das áreas de civilização

A palavra civilização [...] designa hoje um conjunto de sociedades que apresentam certo número de traços comuns: valores, práticas, crenças, representações do mundo [...]. Estas áreas de civilização constituem conjuntos de extensão desigual e descontínua. É difícil fixar precisamente seus limites, e, muitas vezes, as áreas não acompanham os recortes dos Estados [Coleção *Bréal, classe terminale*, programa de 2002, p. 44].

No conjunto, é o ponto de vista objetivista evocado acima que prevalece nos manuais na medida em que as culturas aparecem como entidades expostas às agressões do processo mundialização. O que os dispõe em uma posição de resistência real ou potencial. Quando há resistência, trata-se de uma autêntica vontade de preservar a identidade cultural ou de lutar contra a dominação econômica e social?

2-3-2 Para uma cultura universal? O perigo de uniformização

O perigo mais frequentemente evocado pelos manuais a propósito do desenvolvimento da mundialização é o da uniformização cultural em detrimento da diversidade expressa através das áreas culturais. Esta uniformização reveste-se de duas formas igualmente presentes nos manuais escolares⁷: quer por uma espécie de média universal expressa na

7. Como na análise de Marx, marcada pela mesma ambivalência. Por um lado, a cultura universal pode aparecer quer como uma espécie de média (Cf. nota 6: “das numerosas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura universal”), quer como a expressão de um modelo dominante destruidor da alteridade: “a burguesia arrasta na corrente da civilização todas as nações, até as mais bárbaras [...] Sob a ameaça de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção. Numa palavra, modela o mundo à sua imagem” (Marx & Engels, 1998, p. 55-56).

mestiçagem, quer, e esta evocação é frequente, pela hegemonia de um modelo cultural identificado às vezes como ocidental, às vezes como americano:

A convergência dos modos de consumo, os empregos do tempo e mesmo as especificidades biográficas mais fundamentais desenharam os contornos de uma vasta classe média que, de Tóquio a Buenos Aires, de Los Angeles à Bombay, senta-se no mesmo tipo de sofá para assistir às mesmas emissões de TV, usam sapatos de mesmas marcas para praticar os mesmos esportes [Coleção *Hachette*, geografia, *classe terminale*, programa de 2002, p. 81].

A geografia das civilizações mostra a existência de vastas áreas culturais entre as quais aparecem ainda as antigas zonas de influência europeias. Esta geografia é hoje posta em questão: a mundialização e as migrações humanas traduzem-se em dois movimentos aparentemente contrários: a difusão planetária de um modelo cultural ocidental marcado pelos Estados Unidos e ao mesmo tempo a afirmação da diferença, pela extensão das outras áreas culturais onde as línguas e, sobretudo, as religiões desempenham um papel identitário importante. Os limites das áreas culturais apagam-se diante da interpenetração geográfica das diferentes civilizações [Coleção *Hachette*, geografia, *classe terminale*, programa de 2002, p. 81]

Efeitos perversos ou interação dialética, os manuais recusam a ideia de efeitos unívocos uniformizadores e afirmam a ameaça às identidades.

Resistências culturais e reivindicações identitárias

Perante o temor de uma homogeneização cultural, assiste-se ao despertar das identidades que toma às vezes a forma de uma rejeição violenta ao Ocidente. A ocidentalização do mundo não é mais aparente que real?

- Uma ocidentalização do mundo imperfeito.
- Formas múltiplas de resistência à ocidentalização.
- Conflitos e reivindicações identitárias [Coleção *Bréal*, geografia, *classe terminale*, programa de 2002, p. 44].

Realidades e limites da cultura-mundo

- os meios de comunicação e a cultura

- as realidades da cultura-mundo
- as resistências à uniformização das culturas [Coleção *Hachette*, geografia, *classe terminale*, programa de 2002, p. 81].

As civilizações, um recorte do mundo ainda pertinente

- Uma pluralidade de civilizações
- A força das reações identitárias

O fato religioso conhece fora da Europa ocidental um despertar significativo.

A aposta no avanço das identidades é uma reação aos poderosos fatores de unificação que resultam da mundialização.

- Entre a unidade e as diversidades culturais

A mundialização acompanha-se de uma convergência dos modos de vida e de valores considerados como universais. O modelo cultural americano desenvolve-se graças às empresas transnacionais [...].

Mas a uniformização cultural é limitada: ela pode se referir apenas às elites dirigentes; a adesão a bens materiais pode coabitar, em inúmeros indivíduos, com a afirmação dos seus próprios valores espirituais [...]. Levar em frente os particularismos, as culturas locais é um fenômeno generalizado... [Coleção *Magnard*, geografia, *classe terminale*, programa de 2002, p. 42].

As relações sociais e econômicas de dominação que caracterizam a mundialização deslizam para uma conceptualização em termos de choque das culturas e levam a designar a mundialização cultural como ocidentalização:

[...] perceptíveis por toda a parte, as reivindicações identitárias traduzem quer um desejo de reconhecimento por parte de minorias oprimidas ou ignoradas, quer uma restituição, por motivos mais radicais, do Estado e de suas fronteiras. Na América, assim como na Austrália ou na Nova Zelândia, os povos autóctones pedem o respeito a sua cultura e o reconhecimento das espoliações sofridas no passado [Coleção *Bréal*, geografia, *classe terminale*, programa de 2002, p. 45].

Para além das amplas identidades culturais, os Estados representam polos identitários fortemente ameaçados pela mundialização ou crise dos Estados-nação.

3- Construção europeia e novas formas identitárias: uma mutação incerta

Se a mundialização for associada à perda dos marcadores de identidades, a construção europeia está associada à perspectiva de uma mutação identitária que leva-nos ao desconhecido.

Em geografia, o tema “a Europa” é abordado na *classe première* tanto nos programas de 1995 como nos de 2002. O tema está igualmente na *classe terminale* no programa de 2002, mas ausentes no de 1995.

Em história, este tema aparece no programa de 1995 da *classe première* (por exemplo: *A Europa e o mundo entre a primeira metade do século XIX e 1939*) e desaparece na *classe terminale* (por exemplo: *Os regimes políticos na Europa ocidental*). Nos programas de história mais recentes, de 2002, o lugar da Europa quase não varia, mas assume um peso significativo e específico, dado que o seu estudo ocupa dez de cada cinquenta horas, em uma parte que lhe é exclusivamente reservada.

3-1 - Emergência da questão do europeísmo

Nós comparamos as duas disciplinas, procurando perceber a evolução dos manuais escolares entre os programas de 1995 e de 2002.

Disciplina de geografia

Apoiamos a nossa análise do programa de 1995 da *classe première* no manual da coleção *Nathan*. Um primeiro capítulo, consagrado à Europa, permite-nos situar a França no seu contexto. Tradicionalmente, desde pós-guerra, o programa comportava o encadeamento Mundo-Europa-França. A Europa aparecia aí como uma entidade constituída de Estados, sem qualquer pretensão totalizante.

No contexto mais recente, o programa de 1995 demarca o fim da lógica do encadeamento mais antigo, propondo o tema em uma perspectiva mais dinâmica, revelada pelo plano do capítulo:

- Que é a Europa?
- Convergências no jogo de xadrez europeu.
- Das Europas à Europa
- A União Europeia: supermercado ou grande potência?
- A União Europeia e o mundo [Coleção *Nathan, classe première*, programa de 1995, p. 10].

A primeira questão é completada da seguinte maneira: “Definir a Europa repõe o problema da identidade europeia e os limites do seu território”. O conceito de identidade figura três vezes na página: uma vez com as expressões “uma identidade cultural em fronteiras flutuantes” e duas vezes como “identidade europeia” (Coleção *Nathan, classe première*, programa de 1995, p. 10).

Os autores propõem o seguinte resumo:

A Europa define-se como um espaço de civilização, não por seus limites arbitrários, demasiado artificiais. É um pequeno continente que conta com numerosos Estados de criação recente e em plena recomposição atualmente.

Apesar de uma grande diversidade herdada da história, convergências aí aparecem, de ordem demográfica, econômica e de organização geográfica.

Ela é revestida por uma rede de instituições multiestatais em extensão crescente. A União Europeia é a construção mais acentuada que, após ter constituído um grande mercado entre os seus Estados-Membros, tenta prosseguir a integração nos domínios monetários e políticos. Mas o seu alargamento em direção ao resto da Europa enfraquece a sua coerência inicial.

Ela constitui um polo da tríade mundial, cuja influência cultural e política é obstruída pela ausência dos instrumentos de uma grande potência coerente, que ainda não se formou [Coleção *Nathan, classe première*, programa de 1995, p. 13].

Conforme se pode observar, o termo “identidade” não é citado; “espaço de civilização” tem lugar no texto.

No programa de 1995 da *classe terminale*, a Europa é radicalmente ausente.

Voltemo-nos ao momento mais recente, em direção ao programa de 2002. O programa oficial da *classe première* enfatiza muito mais a realidade europeia que o seu homólogo de 1995. Sobre as cinquenta horas de ensino anual, exceto as 17 horas exclusivamente consagradas à França, a Europa está presente em 33 horas, assim subdivididas: O que é a Europa, a ser desenvolvida em três horas, é a questão introdutória que permite interrogar-se sobre “os fundamentos da identidade europeia, sobre a diversidade dos fatores de um povoamento desigual e sobre a dificuldade para fixar limites à Europa”. As outras horas estão divididas entre os seguintes temas: “A Europa dos Estados” (12 horas), “Redes e fluxos na Europa e na França” (dez horas) e “As regiões na França e na Europa” (oito horas) (programa de geografia, *classe première*, 2002).

Agora analisando os programas referentes à *classe terminale*, a Europa está ausente dos programas de 1995, e presente no programa de 2002, que é voltado inteiramente para o espaço mundial, como um dos três polos essenciais da economia mundial ao lado dos EUA e do Japão.

Examinemos de mais perto:

A União Europeia, polo superior da economia mundial

- Um dos polos da Triade
- Uma potência que repousa sobre sólidos fundamentos
- Desafios a assinalar para afirmar-se plenamente

A União Europeia, um espaço multipolar

- As metrópoles, coração da potência europeia
- Um policentrismo, sustentado sobre polos dinâmicos
- Um espaço que continua a ser heterogêneo [programa de geografia,

classe terminale, 2002].

Conforme as orientações do programa de geografia em vigor, a Europa está inteiramente situada no ambiente da mundialização. A sua identidade encontra-se assim reduzida à sua posição econômica na Triade.

Disciplina de história

Ausente dos manuais de geografia ou reduzida à sua única dimensão econômica, a pergunta da identidade europeia ocupa algum lugar no programa e nos manuais de história?⁸ Observa-se uma evolução entre o programa de 1995 e o de 2002. Globalmente, o tema da Segunda Guerra Mundial desaparece do programa de 2002, que atribui um capítulo à parte (dez horas) à Europa, ou seja, 20% do tempo atribuído à disciplina.

Analisando a disciplina de história, segundo o programa da *classe terminale* de 1995, constatamos por meio dos manuais que eles abordam o estudo da Europa em um capítulo intitulado “O modelo liberal europeu”, no qual o conteúdo histórico funciona como um elemento de uma aproximação mais ampla aos grandes modelos ideológicos do mundo. No manual da coleção *Magnard*, a questão da identidade europeia não aparece. Os autores analisam as etapas históricas da construção da Europa (Tratado de Roma, vontade de conduzir uma política econômica comum, política agrícola, industrial e monetária) como expansão progressiva.

O manual *Nathan* reduz a identidade europeia a uma análise dos traços comuns dos países europeus: “- primazia do Estado providência, - convergência democrática, - papel econômico do Estado” (Coleção *Nathan, classe terminale*, história, programa de 2002, capítulo “*Le modèle libéral européen*”). Segundo o manual, este modelo europeu entrou em crise por duas razões principais: uma expansão dificilmente controlável desde o desmoronamento do bloco socialista e a inserção

8. O conteúdo dos programas de *classe première*, tanto em 1995 como em 2002, não permitem levar em consideração nossa questão. A investigação incide somente sobre os programas de *classe terminale*.

neoliberal da mundialização no seu processo de construção, conforme se pode ler: “a Europa é acusada de sacrificar o seu modelo social em nome dos constrangimentos da abertura e da mundialização [...]” (Coleção *Nathan, classe terminale*, história, programa de 2002, capítulo “*Le modèle libéral européen*”).

Observando agora a disciplina de história, no programa de 2002 da *classe terminale*, entre o mundo e a França, a Europa ocupa a parte central do programa desta série de ensino, conforme a seguinte distribuição de tempo: - O mundo de 1945 aos nossos dias (22h); - A Europa de 1945 aos nossos dias (10h); - A França de 1945 aos nossos dias (18h). Três capítulos lhe são consagrados: - A Europa do Oeste em construção até ao fim dos anos de 1980, - Os tempos das democracias populares 1948-1989, - Os desafios europeus desde 1989 (programa de história, *classe terminale*, 2002).

No conjunto, os diversos manuais são portadores das mesmas mensagens que os seus homólogos inspirados dos programas de 1995. Assinalam o carácter voluntarioso da construção europeia por parte dos pais fundadores, descrevem as diferentes etapas do encaminhamento político seguido desde o primeiro impulso apoiado sobre a preocupação expressa, após a Segunda Guerra, de erradicar a guerra do continente europeu. Essa diligência voluntariosa, que não faz verdadeiramente referência à ideia de uma identidade europeia, contrasta singularmente com a proposta em epígrafe do peso das determinantes económicas dos manuais de geografia.

Os manuais de história põem em evidência o compromisso dos atores políticos em um processo marcado pelo pragmatismo e as dificuldades de todo gênero. Não adotam a interpretação do desenrolar de um plano providencial inscrito no curso da história. O europeísmo da Europa permanece problemático e a referência à identidade europeia, definida através de uma cultura comum, permanece ausente dos manuais. Exceto, em alguns, com a rubrica de dossiê, distinta e à margem do texto da lição. O capítulo intitulado “As apostas europeias a partir de 1989” aborda a questão de forma específica em cada coleção:

- Que significa ser cidadão europeu? (Coleção *Hachette*)
- O Euro, uma etapa decisiva da construção europeia (Coleção *Nathan*)
- Qual futuro para a Europa? (Coleção *Bordas*)⁹.

Quanto ao manual *Magnard*, o dossiê intitulado “aprofundar” põe a questão:

Há uma identidade europeia?

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a construção europeia deve-se a elites políticas que prosseguiram a obra dos pais fundadores. A ideia de União Europeia repousa sobre o postulado de que um sentimento de pertença a uma comunidade existente na população europeia, além dos sentimentos nacionais. Confrontada com a expansão para o Leste e múltiplas candidaturas à adesão, a União Europeia interroga-se sobre os seus limites. A definição e a tomada de consciência da identidade europeia são, por conseguinte, ainda mais necessárias [Coleção *Magnard*, história, *classe terminale*, programa de 2002, p. 247].

Se esse manual põe a questão, não propõe mais que os seus homólogos em termos de resposta. Pode-se, afinal, compreender as razões: enquanto a crença na vida comum étnica, definida por Max Weber como a dimensão subjetivista e interacionista da identidade, é o produto de uma experiência histórica e de sua objetivação, ela não corresponde a nenhuma realidade experimentada para a Europa e constitui, no máximo, uma espécie de perspectiva humanista de contornos indefinidos.

3-2 *Qual identidade europeia?*

O processo de construção europeia frequentemente é confundido com o da mundialização. Anterior a este último, a construção de uma ideia de Europa teve primeiro por horizonte, como os manuais se comprazem

9. Contendo um texto de Inès Trepant. *Pour une Europe citoyenne et solidaire* (2002).

em recordar, a questão da soberania dos Estados e, além deste, sua capacidade de preservar as identidades nacionais e a crença à vida comum étnica. O que se convencionou chamar na França de soberania designa essa posição encarnada outrora por De Gaulle e hoje por Philippe de Villiers, compreendendo como perda das identidades nacionais qualquer perspectiva supranacional defendida pelos seus adversários federalistas. Esta alternativa há muito tempo alimenta o debate sobre a Europa e é objeto de um exame atento por parte dos manuais estudados.

O debate prossegue atualmente, mas encontra-se radicalmente modificado pela emergência de outra problemática, a da mundialização, analisada nos capítulos sobre a Europa após 1989. Realçada de uma lógica radicalmente diferente daquela das primeiras décadas, a mundialização contribui para tornar mais complexa a situação. Portadora da ideia de uma internacionalização acrescida e generalizada a todos os setores da vida social e econômica, ela representa ameaça importante para a independência nacional e dá assim argumentos suplementares à concepção de soberania. A lógica do mercado mundial dá um golpe à independência política e econômica dos Estados, criando as condições da sua alienação e da sua perda de identidade. Os manuais de geografia de *classe terminale* assinalam o perigo:

“A mundialização é acompanhada da emergência de novos territórios que excedem o quadro dos Estados ou escapam a suas regras” ou “em um mundo cada vez mais mundializado, os Estados-nação estão em crise. Eles são realmente impotentes face à mundialização?” [Coleção *Bréal*, geografia, *classe terminale*, 2002, p. 46].

“O desenvolvimento do liberalismo reduziu as intervenções dos Estados nos domínios econômicos e sociais” [Coleção *Magnard*, geografia, *classe terminale*, programa de 2002, p. 43].

“O novo mapa do mundo se estrutura ao redor de alguns Estados fortes” [Coleção *Magnard*, geografia, *classe terminale*, programa de 2002, p. 42].

Os temores expressos através da menção à soberania são levados principalmente pelas forças do capitalismo nacional, posto em dificuldade

pelas pretensões hegemônicas do capitalismo mundial. A desconfiança expressa hoje, aqui e lá, em relação à construção europeia traduz, por conseguinte, ao mesmo tempo, o debate inicial sobre a questão da soberania, mas igualmente, a reconfiguração da questão em razão da irrupção da mundialização no campo da reflexão. A confrontação entre estas duas lógicas no período recente realça campos ideológicos diferentes: nacionalismo/federalismo de uma parte, mundialização econômica de outra parte. Exprime provavelmente, e mais profundamente, o antagonismo entre capitalismo internacional e o que subsiste do capitalismo nacional.

3-3 *Uma obra atípica*

Terminaremos esta análise de manuais com a evocação de uma obra que se contrasta singularmente das estudadas até agora, uma espécie de antimanual, “*Histoire de l’Europe*” (1997), redigido por catorze historiadores europeus, por iniciativa de Frédéric Delouche. De acordo com o seu editor, trata-se “do protótipo de um manual escolar de história da Europa” (Delouche, 1997, p. 7). Espera-se pôr em evidência a ideia de uma unidade na diversidade constitutiva da identidade europeia:

Ela [a história] ajuda-nos a compreender as nossas raízes, as tensões que são engendradas e que assombram ainda certas partes da Europa, mas também tudo que há de comum entre europeus, tudo que dá um sentido à palavra Europa. Voltada para o passado, faz refletir sobre o presente e, mais ainda, sobre o futuro [idem, *ibidem*].

O capítulo introdutório tem por título “a identidade europeia” e destaca os seguintes temas:

- 1- A personalidade geográfica da Europa
- 2 - A diversidade linguística, fator de divisão?
- 3- Civilização europeia? Culturas europeias?”

“O espírito europeu: O ideal democrático, que se sustenta sobre a convicção que a felicidade coletiva nasce de uma participação ativa do cidadão na

vida da Cidade, é a herança dos Gregos antigos [...]. Também, a civilização europeia funda-se hoje no que se pode chamar a civilização ocidental.

O honesto homem europeu

Variedade das culturas na Europa

4 - A integração do social ao econômico” [idem, p. 14].

O manual acentua o conagraçamento dos povos e das ideias, fazendo da Europa um cadinho étnico e cultural permanente “Desde a metade do século XX, os europeus tentam superar o fator de divisão que implica a diversidade linguística, mesmo se eles a percebem como uma riqueza cultural, que alguns estendem hoje às línguas regionais” (idem, *ibidem*).

Conclusão

A questão da identidade foi concebida inicialmente em termos fortemente distintos, conforme se tratasse da mundialização ou da Europa. Os aspectos destrutivos e ameaçadores da primeira são regularmente percebidos pela opinião pública e descritos nas obras escolares como um risco de perda de identidade, advinda da uniformização cultural e alienação social. Os manuais destacam o impacto diferenciador da mundialização, que, ao mesmo tempo, provoca o crescimento das desigualdades e estimula as resistências identitárias. Paradoxalmente, a mundialização teria, paralelamente, efeitos homogeneizadores e diferenciadores. No que diz respeito à Europa, o projeto político de cicatrizar as feridas de um passado de guerras transformou-se nos fios do tempo transcorrido. De início, na forma de contrapesos ao bloco soviético e até o desabamento deste, o projeto europeu abriu um debate estruturado ao redor da alternativa do federalismo e da soberania, tendo a identidade europeia de construir-se politicamente no meio dessa alternativa. O risco era então o de uma mutação identitária expressa através da perspectiva de tornar-se europeu, uma perspectiva de contornos fracos e imprecisos, revelando a falta da verdadeira crença na vida comum étnica.

As mudanças ocorridas ao Leste precipitam as coisas. O modelo neoliberal construído no processo de mundialização faz hoje da Europa um dos polos da tríade e contribui assim para tornar obsoleta, na sua formulação tradicional, a oposição entre federalismo e soberania, projetando a questão europeia nas discussões sobre a mundialização e diluindo-se nela. O que autoriza então, talvez, pensar essa oposição tradicional como a expressão ideológica do antagonismo entre capitalismo nacional envelhecido e novas formas do capitalismo internacional. Os manuais atuais traduzem efetivamente essa ruptura transformando a identidade europeia em uma questão subsidiária. Interroga-se o que faz o europeísmo da Europa voltar-se hoje para determinar o lugar deste conjunto econômico dentro da geopolítica do capitalismo neoliberal, alternativa moderna do imperialismo. Portanto, o risco de mutação identitária ligado à procura de uma nova identidade transforma-se, sob o impulso da mundialização, em risco de perda de identidade, o que nos reconduz assim à primeira situação figurada.

Fontes e documentos

PROGRAMAS oficiais de história e geografia para as classes première e terminale.
França: Ministério da Educação Nacional, 1995.

PROGRAMAS oficiais de história e geografia para as classes première e terminale.
França: Ministério da Educação Nacional, 2002.

TEXTOS e programas oficiais em rede, disponível em: <www.education.gouv.fr>.

Manuais escolares utilizados para a análise de conteúdo

Obras das *classes première e terminale* das seções L (*littéraire*), ES (*économique et sociale*) e S (*scientifique*) em história e geografia conforme os programas de 1995 e 2002: *Editions Bertrand-Lacoste, Bréal, Bordas, Hachette, Hatier, Magnard, Nathan* de 1995 e 2002 (Paris).

Referências bibliográficas

BARTH, F. Les groupes ethniques et leurs frontières. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Les théories de l'ethnicité*. Paris: PUF Quadrige, 1995.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.

CUCHE, D. *La notion de culture dans les sciences sociales*. Paris: la Découverte, 1996.

DELOUCHE, F. *Histoire de l'Europe*. Paris: Hachette, 1997.

DUBAR, C. *La crise des identités*. Paris: PUF, 2000.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. (dir.). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva: Instituto Antônio Houaiss, 2001.

LE PETIT LAROUSSE. Paris: Larousse, 1995.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.). *Pierre Bourdieu*. Escritos de Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TREPANT, Inès. *Pour une Europe citoyenne et solidaire*. Bruxelles: De Boeck, 2002.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, v. 1, 1991.

Endereço para correspondência:

Claude Carpentier
Chemin du Thil 80025 Amiens cedex, France
E-mail: claud.carpentier3@wanadoo.fr

Dislane Zerbinatti Moraes
Av. da Universidade, 308. Bloco A – sala 128
São Paulo-SP
CEP 05508-900
E-mail: dzmoraes@usp.br

Recebido em: 15 jan. 2009

Aprovado em: 24 set. 2009